

RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.302 - SP (2019/0332308-7)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : **DONIZETE QUEIROZ**
RECORRIDO : **DARCI FERREIRA LIMA**
RECORRENTE : **JUDITH MARIA BERTI CAVALI**
RECORRENTE : **MOACIR BARBOSA DE SOUZA**
RECORRENTE : **IVO AGOSTINHO TRIGOLO**
RECORRENTE : **SERGIO MIGUEL PANZARINI BERTELLI**
RECORRENTE : **ALBERTO TORTORA**
RECORRENTE : **CATIA MIRIAN BORTOLETE**
RECORRENTE : **NIVALDO DONIZETE RODRIGUES**
RECORRENTE : **ANA LUCIA RIBEIRO DA SILVA**
ADVOGADOS : **WELLINGTON DE LIMA ISHIBASHI - SP229720**
 : **WELLINGTON NEGRI DA SILVA - SP237006**
RECORRIDO : **SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV**
RECORRIDO : **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PROCURADOR : **VANESSA MOTTA TARABAY - SP205726**
AGRAVANTE : **SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV**
AGRAVANTE : **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PROCURADOR : **VANESSA MOTTA TARABAY - SP205726**
AGRAVADO : **DONIZETE QUEIROZ**
AGRAVADO : **DARCI FERREIRA LIMA**
AGRAVADO : **JUDITH MARIA BERTI CAVALI**
AGRAVADO : **MOACIR BARBOSA DE SOUZA**
AGRAVADO : **IVO AGOSTINHO TRIGOLO**
AGRAVADO : **SERGIO MIGUEL PANZARINI BERTELLI**
AGRAVADO : **ALBERTO TORTORA**
AGRAVADO : **CATIA MIRIAN BORTOLETE**
AGRAVADO : **NIVALDO DONIZETE RODRIGUES**
AGRAVADO : **ANA LUCIA RIBEIRO DA SILVA**
ADVOGADOS : **WELLINGTON DE LIMA ISHIBASHI - SP229720**
 : **WELLINGTON NEGRI DA SILVA - SP237006**

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto pela Fazenda do Estado de São Paulo e outra contra decisão do Tribunal de Justiça local que não admitiu o recurso especial com amparo na inexistência de ofensa à lei federal, na consonância do julgado com o entendimento do STJ e no óbice da Súmula 7/STJ.

As agravantes alegam que o apelo nobre preenche todos os requisitos de admissibilidade. Afirmam que a tese de violação dos arts. 2º-A da Lei n. 9.494/1997 e 1º e 9º do Decreto n. 20.910/1932 foi exposta de maneira fundamentada e a análise dos temas não exige nova análise do quadro fático

delineado nos autos.

Destacam que, no caso, a parte autora não juntou autorização assemblear específica para a impetração do mandado de segurança. Argumentam que o STF, no RE 573.232 (DJe 19/9/2014), posicionou-se nesse sentido.

Acrescentam que a execução provisória do julgado é vedada pela legislação e a realização do ato provocaria grave lesão ao Erário. Ademais, "[...] se encontra prescrito o direito dos autores na condenação proposta entre agosto de 2003 e agosto de 2008, pois a impetração de *writ* por terceira pessoa não é medida proposta pelo devedor apta a interromper a prescrição da cobrança de valores" (e-STJ, fl. 641).

Contraminuta às e-STJ, fls. 668/683.

É o relatório.

A inadmissão do recurso especial, como se afirmou acima, teve assento na não ocorrência de malferimento da legislação federal; na consonância do decidido, em relação aos arts. 2º-A e 2º-B da Lei n. 9.494/1997 e à interrupção do prazo prescricional, com a jurisprudência do STJ; no empecilho da Súmula 7/STJ.

Com respeito ao segundo ponto, a decisão fez referência aos julgamentos proferidos pelo STJ no REsp 1.354.463 (DJe 11/12/2017) e no REsp 1.684.216/SP (DJe 6/11/2017).

Incumbia à parte apontar precedentes deste Tribunal contemporâneos ou supervenientes ao mencionado na decisão agravada, procedendo ao cotejo analítico entre eles, de forma a demonstrar que outra é a orientação jurisprudencial nesta Corte Superior. Mas tal não ocorreu na espécie.

A respeito disso, observem-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DECISÃO AGRAVADA. IMPUGNAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 182/STJ. INCIDÊNCIA.

1. O agravante não infirma especificamente os fundamentos da decisão impugnada, impondo-se a incidência do enunciado da Súmula 182 do STJ.
2. Inadmitido o recurso especial com base na Súmula 83 do STJ, incumbiria à parte interessada apontar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão impugnada, procedendo ao cotejo analítico entre eles. Precedentes.
3. Agravo regimental não conhecido.
(AgRg no REsp 1.348.491/PR, de minha relatoria, SEGUNDA TURMA, DJe 9/3/2016)

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. ENQUADRAMENTO. LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA. CÔMPUTO COMO TEMPO EFETIVO DE EXERCÍCIO. LEI 11.091/05. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. SÚMULA 83 DO STJ. FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADO. SÚMULA 182 DO STJ. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA.

1. A orientação do STJ é de que, se a licença-prêmio não gozada foi computada

como tempo efetivo de serviço, para fins de aposentadoria, conforme autorização legal, não pode ser desconsiderada para fins do enquadramento previsto na Lei 11.091/05.

2. É inviável o agravo que deixa de atacar os fundamentos da decisão agravada. Incide a Súmula 182 do STJ.

3. Fundamentada a decisão agravada no sentido de que o acórdão recorrido está em sintonia com o atual entendimento do STJ, deveria a recorrente demonstrar que outra é a positivação do direito na jurisprudência do STJ.

4. A tese jurídica debatida no Recurso Especial deve ter sido objeto de discussão no acórdão atacado. Inexistindo esta circunstância, desmerece ser conhecida por ausência de prequestionamento. Súmula 282 do STF.

5. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.374.369/RS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/6/2013, DJe 26/6/2013)

É necessária, no agravo, a impugnação de todos os fundamentos da decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, sob pena de permanecerem incólumes os que não foram objeto de contestação.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. RESOLUÇÃO/STJ 17/2013 E ART. 21-E DO RISTJ. COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE DO STJ. PRECEDENTES DO STJ. DECISÃO SOBRE O PRIMEIRO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. NÃO IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Os artigos 1º e 3º da Resolução/STJ 17, de 4/9/2013, e o artigo 21-E do RISTJ, incluído pela Emenda Regimental 24/2016, autorizam a Presidência desta Corte, antes da distribuição dos feitos, a não conhecer de recursos que não tiverem impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida.

2. Para se viabilizar o conhecimento do agravo em recurso especial, é necessário que a parte agravante impugne especificamente todos os fundamentos da decisão de inadmissão, o que não ocorreu na hipótese em exame.

3. A ausência de impugnação específica, na petição de agravo em recurso especial, dos fundamentos da decisão que não admite o apelo especial atrai a aplicação do artigo 932, III, do Código de Processo Civil de 2015.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.260.703/CE, Rel. Min. LÁZARO GUIMARÃES - DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO, QUARTA TURMA, julgado em 11/9/2018, DJe 14/9/2018)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA

182/STJ. ADEMAIS, OS AGENTES POLÍTICOS SE SUBMETEM À LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AGRAVO REGIMENTAL DO IMPLICADO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

1. Pela leitura das razões recursais, constata-se que, o agravante não rebateu, como lhe competia, todos os fundamentos da decisão de inadmissibilidade do Recurso Especial, deixando de impugnar a incidência da Súmula 7 do STJ e ausência de cotejo analítico.

2. A parte agravante deve infirmar todos os fundamentos da decisão impugnada, autônomos ou não, mostrando-se inadmissível o recurso que não se insurge contra todos eles; incidência da Súmula 182 do STJ.

3. Ademais, e apenas por amor ao debate, registre-se que a jurisprudência desta Corte orienta que a ação de Improbidade Administrativa deve ser processada e julgada nas instâncias ordinárias, ainda que proposta contra pessoa com prerrogativa funcional. Nesse sentido: REsp. 1.138.173/RN, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 30.6.2015; REsp. 1.489.024/SP, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 11.12.2014; EDcl na AIA 45/AM, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJe 28.5.2014; AgRg no AgRg na AIA 35/DF, Rel. Min. ARI PARGENDLER, DJe 10.2.2014).

4. Agravo Regimental do Implicado a que se nega seguimento.

(AgRg no AREsp 766.962/SP, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 4/9/2018, DJe 20/9/2018)

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. POSSIBILIDADE. ILEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. INOCORRÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO. EXECUÇÃO ANTECIPADA DEFERIDA.

1. Não havendo impugnação específica acerca de todos os fundamentos da decisão que deixou de admitir o recurso especial, deve ser aplicado, por analogia, o teor da Súmula 182 deste Tribunal Superior. (AgRg nos EDcl no AREsp 803.840/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 23/06/2017).

2. O Ministério Público estadual possui legitimidade ativa recursal nesta Corte, nos processos em que seja parte, conforme entendimento consolidado no EARESP 1.327.573/RJ.

3. O Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que é possível a execução provisória da pena, após prolatado o juízo condenatório por Tribunal de Apelação.

4. Agravo regimental improvido e deferida a execução provisória da pena.

(AgRg no AREsp 1.197.888/SC, Rel. Min. NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 14/8/2018, DJe 24/8/2018)

Destaco que esse posicionamento foi reafirmado recentemente pela Corte

Superior Tribunal de Justiça

Especial no julgamento dos EAREsps 701.404/SC, 746.775/PR e 831.326/SP (DJe 30/11/2018). Na oportunidade, conforme o voto proferido pelo Min. Luis Felipe Salomão, definiu-se que a decisão que inadmite o recurso especial não é formada por diversos capítulos, mas um único dispositivo de inadmissão do recurso e que, sendo incindível, deve ser impugnada em sua integralidade.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator